

**SAMPAIO BRUNO: UM PERCURSO DE HETERODOXIA**

---

**Manuel Gama**

---

O pensamento de Sampaio Bruno (1857-1915), pseudónimo de José Pereira de Sampaio, continua a ser conhecido apenas num meio muito restrito. É, afinal, a sina comum à quase totalidade dos nossos filósofos. Nem mesmo a disciplina de filosofia no ensino secundário ajuda, pois só recentemente o pensamento filosófico português passou a ser objecto de um dos programas, embora de um modo muito restrito <sup>(1)</sup>.

**1. A «vítima do livro»**

A par de uma constituição física de tendência enfermicha, um fio de tristeza acompanhará a vida de Bruno, desde a sua infância, como mais tarde, já na casa dos cinquenta anos, virá confessar: «Nasci nesta nobre cidade do Porto, pelas 5 horas da tarde do dia 30 de Novembro de 1857, uma segunda-feira triste, na rua de Santa Catarina, 429 (antiga numeração, que não era discriminadamente por

---

<sup>(1)</sup> Ainda que se defenda que na terra portuguesa não têm florescido filósofos, os argumentos a favor dessa tese seriam, ainda assim, um caminho para um pequeno contacto com o pensamento filosófico português.

pares e ímpares, *grosso modo*, a seguir e dava volta, no queixume ouvido de bons velhotes idos). Ai de mim! [...]. A tristeza esvoaça-me, nimbose, em torno da cabeça» (Bruno, *MPP*, p. XIII). Igualmente na «Carta íntima», anteposta à *Ideia de Deus* (1902), faz referência a que nascera «enfermo e doente», que fora «uma criança impressionável», e ainda que uma «misteriosa agonia protraída» o acompanhou, fiel e constante, desde os alvares da meninice.

A recordação dos tempos da aprendizagem das primeiras letras traz-lhe à memória sobretudo elementos de carácter traumático. As escolas ficaram na sua memória como «casas de tormentos», com «feitio inquisitorial», onde a palmatória e o espirrar o sangue das mãos eram alguns dos meios para conquistar a disciplina dos alunos; contra os mestres restava um «ódio implacável».

Àqueles sofrimentos o espírito de Bruno contrapunha uma visão lustrosa dos tempos que corriam lá-fora e o sonho de uma vida nova em paz e liberdade: «A época era de gestação de prodígios desde os prodígios materiais, como a abertura do Canal do Suez por Lesseps, até os prodígios morais, como o advento do socialismo cosmopolita e solidário, graças à constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores, por Karl Marx. No meu cantinho de colegial moroso, pois que ainda estivesse moroso para meditar, contentava-me com sonhar, o sonho sublime da paz e da liberdade que, não raro, se tornava espesso e áspero, por se volver no pesadelo do ódio contra os déspotas. Um garotito de doze anos no que congeminava! É incrível hoje; porém assim éramos quase todos ontem» (Bruno, *ID*, p. XIV).

Embora a situação portuguesa, da segunda metade de oitocentos, fosse já marcada pela dissolução de

crenças, pelo ruir da «herança moral das gerações», o vislumbre de novos valores, por parte de Bruno, tinha origem no exterior, no ideário iluminista. Certamente para isso, o livro apresentava-se-lhe como a fonte de inspiração do seu sonho acordado, cogitando o confessado «sonho sublime da paz e da liberdade».

O ano de 1869, é decisivo para Sampaio Bruno. Os seus tenros doze anos, de então, amadurecem de um momento para o outro. De repente, abre-se-lhe todo um manancial de livros, até aí inacessível. Nesse ano, por «calamidade insigne», como ele refere, o seu pai esquecera-se de fechar a gaveta da secretária onde guardava os livros que acharia desaconselhável haver acesso. Partiu repentinamente para Lisboa, durante quase um mês, período durante o qual o pequeno José dá satisfação, talvez em excesso, à curiosidade suscitada pelas leituras diárias, em família, de seu pai - «homem de estudo e meditação», até ao fim da vida -, após a refeição do jantar. De um momento para o outro, como que por magia, abre-se a porta do mistério. Foram dias de autêntico consumo de livros, na ânsia de que seu pai se demorasse por pouco tempo em Lisboa. Foram-no até ao ponto de ele se considerar uma «vítima do livro» (Bruno, *ID*, p. X), estigma de que jamais se livrará.

Do vasto rol de livros encontrados - sobretudo romances em português, espanhol, inglês e francês -, alguns foram fulcrais na formação de Sampaio Bruno. A obra *Os Mistérios do Povo*, de Eugène Sue, «decidiu, diz-nos, a

minha educação sentimental»<sup>(2)</sup>. Contrabalançando com aquilo a que chama a acre pungência da ferida rasgada pelo talento cruel de Eugène Sue, apareceu, a dulcificar, a «bondade olímpica» do génio de Victor Hugo, através da leitura d'*Os Miseráveis*, que é sempre um bem moral, refere também.

Tornando ainda mais indelével este quadro, apareceu-lhe entre os últimos opúsculos do fundo da gaveta, o folheto *Os meus queixumes*, editado em 1853, da autoria de seu pai, José Paes de Sampaio. Aí se descrevem, com muito realismo, as torturas inflingidas aos soldados que se tinham revoltado no quartel de Penamacor, enquanto seu pai ali cumpria o serviço militar. Aí se queixa José Sampaio da pena de prisão a que foi condenado, por não haver delatado os seus camaradas; mas «desses crimes é honra praticá-los», esclarece, com orgulho, Sampaio Bruno (Cf. Bruno, *ID*, p. XXVI) <sup>(3)</sup>.

De entre os frutos da leitura daquelas e outras obras, ficará um vinco no espírito de Sampaio Bruno, que vai estar presente ao longo de toda a sua vida. Estas leituras sensibilizam-no para valores como a Justiça, a Liberdade, a Lealdade, para a defesa dos mais desfavorecidos, que pautarão sobremaneira a sua conduta.

---

<sup>(2)</sup> Eis as impressões de Sampaio Bruno sobre essa leitura: «Dessa vasta história duma família de proletários através das idades, a nenhum dos sucessivos episódios perdoei, porém eles também me não perdoaram a mim. Um surdo rancor, de imaginação e protesto, de revolta e revindicta, envenenava meu coração; cada página que ia dobrando era gota a mais que se entornava; com a última lauda, estava saturado» (Bruno, *ID*, p. XII).

<sup>(3)</sup> Como que dando solidez e credibilidade ao relato de seu pai, Sampaio Bruno aduz a rememoração destes acontecimentos por parte do dr. António Luís de Sousa Secco, lente jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no volume II da sua obra *Memórias do tempo passado e presente para lição dos vindouros*, 1889. (Cf. Bruno, *ID.*, pp. XVI-XVII).

Entretanto, a alimentação do seu espírito ia-se alterando, recorrendo já raramente aos romances: «No meu caminho ia cismando e ia crescendo. Agora já não lia romances, senão de raridade, aqueles que cavavam o sulco aberto; e atrevi-me com a parte histórica da *Liberdade de Consciência*, de Jules Simon» (Bruno, *ID*, p. XXXV). A pouco e pouco, a sua atenção ia sendo suscitada por problemas da realidade que o circundava. Da trama dos romances passa para a trama da vida.

Sampaio Bruno cedo fora suscitado pela matéria religiosa. Consciente de que não há cultura sem religião e que esta é um factor decisivo nas mentalidades, imerge o seu espírito num vasto acervo bibliográfico nesse domínio. Dessa profunda preocupação resultará, em primeiro lugar, uma posição radical, um «critério ímpio» - na sua expressão -, a que se seguirá uma reorientação nas leituras e nos princípios. Ainda assim, quer numa fase, quer noutra, o ideal será o mesmo, a emancipação do espírito, a liberdade de consciência, não só em relação a si, mas sobretudo aos portugueses.

Na primeira fase entrevê-se uma posição marcada pelo radicalismo; dela resultarão artigos em vários periódicos e, sobretudo, o seu primeiro livro intitulado *Análise da Crença Cristã (Estudos críticos sobre o cristianismo)*, onde se analisam os milagres, a escravatura e o cristianismo, os dogmas e as crenças. Este estudo inscreve-se numa demanda maniqueísta, por parte de quem se acha do lado absoluto da Luz e, tomando uma atitude provocatória, à maneira iluminístico-voltaireana, increpa aqueles que estão do lado das Trevas: «*Fiat lux!* Vamos - refere ele logo no prefácio -, trata-se de *écraser l'infame*. Esmaguemos o infame, pois. [...]. E agora; eia, *oh vós outros*, a injúria, a calúnia, a infâmia, sobre mim!» (Bruno, *ACX*, pp. XIV-XV).

O contacto precoce com autores, então em voga, como Voltaire, Diderot, Büchner, Moleschott, Darwin, Comte, dará origem a essa obra de cruzada anticlerical, movida pelo livre-pensamento: «O meu livro é *um livro de combate*. Filiado na escola dos atletas do século XVIII e dos renovadores da época actual, este volume tem por fim bradar bem alto ao povo que contemple de face os seus ídolos [...]» (Bruno, ACX, p. XIV).

Apesar de tudo, há uma intuição que permanecerá: o problema do mal. Neste tema reside, pensamos, um dos aspectos que mais perdurará na obra de Sampaio Bruno. Educado sentimentalmente na leitura d'*Os Mistérios do Povo*, de Eugène Sue, pela qual fora suscitado para o sentimento do mal, agora, nesta sua obra passa «da percepção e do sentimento do mal para a busca da inteligibilidade e justificação desse mal»<sup>(4)</sup>.

Depois, a consciência e os escritos de Bruno irão sofrendo uma transmutação. A conselho de amigos, lança-se a leituras de outra índole. Entre essas, anota as da *Ciência das Religiões*, de Emílio Burnouf, *Ciência das Religiões*, de Max Müller, *História do Dogma da Divindade de Jesus Cristo*, de Alberto Réville, não esquecendo outras exposições como a do pastor Coquerel, de Strauss, de Feuerbach e do dr. Ewerbeck.

Se a fase inicial - concretamente a da *Análise da Crença Cristã* - fora orientada por «juvenil petulância», «teor ingénuo» e «insigne parvoíce» (Bruno, ID, p. XL), depois, o contacto com o pensamento de outra ordem, abre-lhes, a ele e a outros companheiros, novos horizontes: «Já então - isto era por 1875 e nós todos penujávamos - compreenderamos que o cristianismo não fora tal uma intrujice inventada pelos padres para enganar os

povos. [...]. E então distinguimos a formidável importância do catolicismo»<sup>(5)</sup>.

Bruno sentia que a sua primeira obra era fruto de uma determinada época da sua vida. Era, para ele, um trabalho notoriamente datado. Tal não quer significar que Bruno fosse um homem revoltado contra o seu passado. Pelo contrário, sentia-se comprometido com a sua consciência, que estava atenta aos sinais dos tempos, e com ela queria ser coerente. É assim que, fruto de confidências ao seu amigo J. Teixeira Rego, este revela a tensão que ele sentia dentro de si, entre o assumir o seu passado e o dar voz ao devir do seu pensamento: «O medo de ter de mudar de ideias, perseguia-o. O repúdio da sua *Análise da Crença Cristã*, que a consciência lhe impunha, causou-lhe horas de agonia. Assim, reservava para o fim da vida a exposição completa das suas ideias, quando já não tivesse tempo de mudar de opinião e a documentação tivesse atingido o seu máximo»<sup>(6)</sup>.

A evolução das suas posições já vem de trás, como vimos. No domínio da produção bibliográfica, esclarece que a primeira obra teve motivações estritamente literárias, enquanto nas *Notas do Exílio, 1891-1893*, a sua intencionalidade passa a ser a do homem de propaganda. No entanto, no percurso evolutivo da sua consciência, ele encontra a luz orientadora das mesmas estrelas, a do Verdadeiro, do Belo e do Bem. Ou seja, há um «transmudar de emoções» perante uma «persistência das convicções»; as ideias são as mesmas, as paixões são diversas, porém (Cf.

---

<sup>(4)</sup> Alexandre Fradique Morujão, «O itinerário filosófico de Sampaio Bruno», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLIII, 3-4 (1987), p. 228.

<sup>(5)</sup> *Diário da Tarde*, Porto, 9 de Janeiro de 1911.

<sup>(6)</sup> José Teixeira Rego, «A Unidade de pensamento em Sampaio (Bruno)», in *A Águia*, Porto, 2<sup>a</sup> Série, 48 (1915), p. 184.

Bruno, *ID*, p. XLIII). O combate pelas ideias torna-lhe a pena veloz e, por vezes, áspera.

## 2. O publicista

A par da sua vasta obra em livro, Bruno sempre utilizou os periódicos para «combater o bom combate» das ideias. Seria ainda, e sempre, o mesmo espírito de cruzada, mas de efeito mais imediato. É a vertante do publicista, que se inicia no período da adolescência e que se prolongará até ao fim da vida.

Foi pela imprensa diária, de orientação republicana, e frequentemente sectária, que Bruno se sentira atraído para entrar no mesmo combate. É assim que, ocultado sob o véu de um pseudónimo, que de início se ignorava a quem pertencia, nos seus tenros catorze anos, começa a produzir artigos para o *Diário da Tarde*, publicado no burgo portuense, para o que havia sido suscitado pela veemência dos textos aí aparecidos, de Guilherme Braga, contra a investida do jesuitismo em Portugal. Os textos de Guilherme Braga eram incisivos. Um deles, sobre o suplício de Giordano Bruno, fez transbordar o espírito de Sampaio Bruno: «Minha imaginação, já esquentada, fumegou. Ai, velho amigo! Meu siso nunca fora muito. Perdi o pouco que me restava. De feito. De feito. Ardeu-me de todo o topete» (Bruno, *ID*, p. XXXVI). Foi o rastilho dessa nova fase: «Também eu hei-de redigir artigos», pensou para consigo. E se o pensou, não se



quedou enquanto o não conseguiu. Para iludir a vigilância paterna, discordante destas ousadias num estudante, assinou o artigo com Bruno (por inspiração no homónimo italiano) e enviou-o, pelo correio, para o *Diário da Tarde*<sup>(7)</sup>: «Aos catorze anos de sua idade, encetou [quem estas linhas escreve, em 1907] sua colaboração na imprensa periódica pelo ataque, colérico e sistemático, da reacção.

Foi na segunda-feira 8 de Abril de 1872, em o nº 166 do primitivo *Diário da Tarde*, "folha popular" [...], que, na secção especial de propaganda ultramontana, intitulada idoneamente "Sotaina", exprimimos nosso pensar e nosso sentir aos reaccionários da *Nação*, de então e de hoje, do *Bem Público*, do extinto Sousa Monteiro, e de quejandas abantesmas e quejandas libélulas jornalísticas» (Bruno, *QR*, pp. 194-195).

O seu primeiro artigo, na sintomática secção «Sotaina», e intitulado «Carta aos católicos do congresso, do "Bem Público", da "Nação" e quejandos», redigido em forma de carta, é de um radicalismo atroz. Todo ele está impregnado por um profundo maniqueísmo, em que Bruno se posicionava em confronto com o erro praticado e difundido pelos católicos na sua imprensa: «Vós [os católicos do «Bem Público» e da «Nação»] quereis trevas, nós queremos luz; vós quereis infâmias, nós queremos liberdades; vós quereis mistérios, embrutecimento, fanatismo, nós preferimos ciência, instrução, religião»<sup>(8)</sup>.

À medida que os artigos se iam sucedendo, o radicalismo ia-se acentuando, e a tal ponto que os próprios redactores se viram na necessidade de intervir, pondo fim a essa colaboração. O próprio Sampaio Bruno,

---

<sup>(7)</sup> Este jornal era o único onde os artigos eram assinados convenientemente - Cf. Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. XIV, Lisboa, 1946, pp. 41-42; nestas páginas se lamentava Ramalho Ortigão de os outros periódicos não seguirem o mesmo exemplo.

passados quase trinta anos, recorda esses tempos, que ele reconhece como marcados por um «entusiasmo impetuoso», em que o seu sectarismo, já não podendo ser contido pelas páginas do *Diário da Tarde*, veio a dar origem ao lançamento de efémeros periódicos: «Com o pseudónimo que rubrica estas linhas, encetei uma carreira acidentada, de doutrinação e propaganda, quando, muito moço, aos catorze anos de idade, um entusiasmo impetuoso me seduzia; e, depois que o radicalismo de minhas opiniões me tornou incompatível com o *Diário da Tarde*, de Borges de Avelar, Urbano Loureiro e Agostinho Albano em cujas páginas recebera acolhida, tentei a criação de semanários cujos títulos infantis (*O Laço Branco*; *o Vampiro*) curto espaço apareceram na batalha da imprensa periódica»<sup>(9)</sup>.

Essa colaboração foi vastíssima, estando registadas centenas de artigos em cerca de oito dezenas de periódicos. Os casos mais marcantes foram os diários portuenses *A República Portuguesa*, até ao exílio, fruto do falhado 31 de Janeiro de 1891, e *A Voz Pública*. Com este diário republicano estabeleceu o laço mais forte e duradouro através dos seus artigos, de tipo editorial, e também como director. Nas suas páginas chamou a atenção dos leitores para as vertentes mais importantes do pulsar da sociedade do seu tempo, tanto a nível nacional como internacional. Sob uma denominação actual, poderíamos classificar Bruno como um fazedor/orientador de opinião do seu tempo. Não foi caso único. Outros filósofos, como Basílio Teles, Raul Brandão, Leonardo Coimbra, António Sérgio, tomaram o jornal como o veículo mais directo para a difusão de ideias de índole filosófica.

---

<sup>(8)</sup> *Diário da Tarde*, Porto, 8 de Abril de 1872.

<sup>(9)</sup> *A Voz Pública*, Porto, 24 de Novembro de 1901.

Sem esquecer a vertente mais elaborada, como aparece nos seus livros, algumas matérias tiveram um enfoque privilegiado na sua acção publicista.

Sempre com o fito na libertação das consciências dos portugueses - a emancipação do espírito, a liberdade de consciência, como referimos acima -, a Inquisição aparecia no seu imaginário como a instituição que detinha os grilhões que anelavam as consciências. A escolha do pseudónimo de Bruno tem que ver com o suplício de Giordano no fogo «santo». Bruno toma a Inquisição como a **besta-negra** a abater, quer por razões religiosas, quer por razões étnicas, pois, se a Inquisição italiana fora «exclusivamente *religiosa*», a portuguesa apresentava-se «concomitantemente *religiosa e étnica*» (Bruno, *ENC*, p. 232). Daí derivou uma consequência terrível: «essa abominável destrinça, pelos portugueses feita, de portugueses para com os portugueses (os de Portugal com os de *nação*) e de cristãos para com cristãos (os velhos e os novos) perpetuara-se cruamente por esses tempos fora» (Bruno, *ENC*, p. 25). A instituição formal já acabara, a preocupação de Bruno residia, agora, na mentalidade inquisitorial que subsistia na sociedade portuguesa.

Sob a perspectiva e função do publicista, Bruno, para além do combate ao espírito inquisitorial, preocupou-se e consumiu-se com muitas outras causas. Desde temas de índole filosófica, até problemas de carácter político, social, moral, medicinal, etc., fácil lhe era arranjar motivo para a intervenção pública. Causas como o fim da pena de morte, a abolição das touradas e do uso da palmatória nas escolas, muito inquietaram o espírito de Bruno e alimentaram a sua pena.

### 3. O ideário democrático-republicano

Pela causa republicana Bruno lutou, propagandeou, teve momentos de sectário-jacobinismo e viria, mesmo, a sofrer as agruras do exílio. Com vinte e um anos, a partir de 1878, era membro do directório do Partido Republicano Português. Foi um tempo de militância activa e impetuosa, o que decorre entre a entrada para o Partido Republicano Português e o exílio (1891), dominado por um «jacobinismo hostil, que por então precisamente andava, com juvenil ímpeto, assanhado e arremessador» (Bruno, *ID*, p. L).

Essa fase de grande empenhamento e militância partidária viria a atenuar-se, a pouco e pouco, após o exílio. Bruno, apesar de tudo, sempre manteve alguma independência na sua caminhada, e com o amadurecer dos anos e uma certa subalternização a que foi votado, juntamente com os seus companheiros, após o 31 de Janeiro de 1891, cada vez mais se vai afastando da rigidez partidária. Em 1898, o seu estado de espírito já era outro. Tendo sido apontado como jacobino por periodistas monarcófilos, Bruno é peremptório pela negativa: «Não! Nós não somos jacobinos, no sentido, abstraccionista e devaneante, que se quer dar à palavra» (Bruno, *BM*, p. 422). Em 1902, viria a deixar o Partido Republicano Português.

Ser-se republicano pela via militante e partidária, nos primórdios do republicanismo organizado, não era tarefa fácil. O domínio da Monarquia e, mesmo, a configuração da mentalidade portuguesa em geral, não lhe era favorável. O jornalista português, que sentiu esses

tempos no Porto, emigrando depois para o Brasil, no início dos anos 80, de visita à pátria, caracteriza a condição dos republicanos antes do 31 de Janeiro, e como estes eram vistos pelos não republicanos: nesses tempos, recorda, «para se proclamar as vantagens do novo ideal era necessário ter uma alma mais forte, mais corajosa do que para evangelizar o socialismo, a utopia anarca! Ser republicano, naquele tempo em que a sociologia ainda não se difundira entre nós, com as suas teorias transformistas, mostrando que a república não era um partido de maltrapilhos que queriam reduzir a cinzas os esplendores da civilização, era sujeitar-se a ser acossado como um elemento perigoso, inimigo de toda a ordem e todo o progresso»<sup>(10)</sup>.

Sampaio Bruno, sempre preocupado com o futuro da humanidade, e especialmente da sua pátria e da sua cidade, desejava-o melhor e antevia-o concretizado na implantação da República. Era o seu sonho, a sua utopia<sup>(11)</sup>. Já bastante depois da primeira tentativa de implantação desse regime em 31 de Janeiro de 1891, reflectia que «enquanto esse tempo ucrónico não chega nesse lugar utópico, é útil que a solidariedade da piedade se afirme, já que ainda não a da justiça»<sup>(12)</sup>. E, noutro passo, afirma que «A glória do futuro será conquistar a Unidade na Liberdade», quando no

---

<sup>(10)</sup> *Folha da Noite*, Porto, 8 de Agosto de 1904.

<sup>(11)</sup> Em análise crítica à *Utopia* de Th. Morus, Sampaio Bruno esclarece o que entende por utopia: «O vocábulo [utopia] designa ainda hoje para tal maioria de gente por aí o que de mais irreal pode conceber um cérebro enfermo. [...] o nome de *utopia* deve aceitar-se agora no sentido a que corresponde a palavra hipótese no campo das ciências experimentais. A utopia é a hipótese sociológica, como a hipótese é a utopia científica» - *Ib.*, 12 de Novembro de 1881. Bruno viria a publicar texto idêntico em *A Voz Pública*, 17 de Junho de 1896.

<sup>(12)</sup> *A Voz Pública*, 5 de Julho de 1903.

passado se julgou que aquela só era possível na Autoridade<sup>(13)</sup>.

Entramos, assim, numa parte específica do pensamento de Sampaio Bruno, todo ele repassado de valores fundamentais como a Justiça, a Liberdade, a Dignidade, a Paz. Valores que, para ele, estavam condensados e tinham a sua expressão plena na ideia de República, certamente aplicada em conformidade com o ideal que lhe corresponde: «Ora, se a república é melhor em teoria do que a monarquia e se repúblicas têm abortado, é porque o não eram. Não tendo da coisa senão o nome, que, quando corresponder ao que abstractamente se designa por ele, há-de significar só liberdade e ordem, riqueza e trabalho, dignidade e paz» (Bruno, *NE*, p. 345).

Embora fosse comum, por essa época, entre alguns republicanos, a defesa do iberismo, mas apenas como táctica de ataque à Monarquia, Sampaio Bruno também não deixou de o proclamar acerrimamente, em artigos anónimos no *Norte Republicano*, como ele próprio mais tarde recorda, mas em jeito de retractação: «Já compartilhei daquela errada doutrina da federação peninsular como meio de se criar um grande Estado: a Ibéria, a opor à Inglaterra, à França, à Rússia, à China se calhasse. Escrevi a defender essa quimera, péssimos artigos, repletos dum patriotismo transviado. Publiquei-os, inteiramente anónimos, no *Norte Republicano* [1881], do Porto, a quando da celeuma contra o republicanismo propagandístico levantada pela imprudência das afirmações do federalismo ibérico feitas no *Século* por Alexandre da Conceição» (Bruno, *MPP*, pp. 124-125)<sup>(14)</sup>.

---

<sup>(13)</sup> Cf. *Ib.*, 1 de Janeiro de 1901.

<sup>(14)</sup> Igualmente na imprensa periódica, Bruno procurou mostrar bem a sua posição anti-ibérica - Cf. *A Voz Pública*, 4 de Maio de 1898; 31 de Dezembro de 1903; 29 de Novembro de 1906; 17 de Outubro de 1909. A posição extremista de Bruno, e de outros companheiros, terá como uma das consequências a cisão no Partido Republicano

Voltando ao ideário republicano de Bruno, em 1884, ele expressa ideias fundamentais neste domínio. No diário *A Discussão*, em artigo intitulado «Direito Divino», a República é elevada a categoria superior, tanto jurídica como politicamente, podendo, até, ser considerado criminoso quem contra ela se insurgisse: «A República, afirma Bruno, é um princípio tão alto, tão juridicamente essencial e politicamente superior, que a colocamos acima mesmo das contingências e eventualidades do próprio sufrágio universal, que é o processo da democracia mas não a sua fonte originária. Tudo o que não seja república é a odiosa prepotência de facções, mais ou menos numerosas, substituindo-se à pátria e, assim, não ser republicano será no futuro considerado não só como um erro mas ainda como um crime»<sup>(15)</sup>.

Em texto, igualmente de 1884, intitulado «O que é ser Republicano», Bruno realça sobretudo a atitude pessoal<sup>(16)</sup>, através do sentimento, como elemento fundamental na identificação e postura do ser republicano: «Ser republicano não é pura e simplesmente ter adquirido pelo estudo e pela meditação um corpo de ideias políticas, claras e definidas, tendentes a dar satisfação ao

---

Português, no Porto. A corrente mais conservadora permaneceu à volta do seu chefe, o dr. Alves da Veiga, continuando a ter como órgão *A Folha Nova*. A corrente mais avançada, tendo como figuras principais Sampaio Bruno, Basílio Teles, Emygdio de Oliveira e Júlio de Matos, funda em 1884, o Clube de Propaganda Democrática do Norte e lança o novo jornal *A Discussão*. A inauguração deste Clube foi muito festiva, nela tendo participado, entre outros, o dr. Manuel de Arriaga, o dr. Magalhães Lima, Consiglieri Pedroso e Silva Lisboa.

<sup>(15)</sup> *A Discussão*, Porto, 17 de Setembro de 1884. Já anteriormente, em 1881, no diário *A Folha Nova*, Bruno deixara a sua posição sobre o sufrágio universal, a propósito do estudo de Oliveira Martins sobre as eleições.

<sup>(16)</sup> Bruno dá grande importância a este aspecto, dizendo que para se ser bom cidadão não basta ser activo e trabalhador - que o farão egocentrista; mas honrado e, sobretudo, bom - que farão dele um indivíduo altruísta - Cf. *A Voz Pública*, 17 de Novembro de 1901.

problema, hoje pendente em todas as consciências esclarecidas, que provém do conflito latente ou explícito e definido entre o respeito tradicional das autoridades constituídas e as noções dos direitos populares que aos poucos se foram radicando nos entendimentos. Isto, por muito, não basta. É preciso ter os sentimentos que são correlativos na ordem moral e a análoga compreensão intelectual. Urge muita abnegação da própria individualidade, e a disposição plena e segura para todos os sacrifícios. [...] A república é sobretudo uma regeneração moral»<sup>(17)</sup>.

Em 1886, na *Geração Nova*, contrapondo Monarquia e República, e em contestação a ideias de a favor da Monarquia, Sampaio Bruno apresenta algumas pistas sobre o enraizamento do seu republicanismo, como sejam os casos de Condorcet, Tocqueville, Bastiat. Nesse contexto explicita qual deva ser a finalidade da República: «O papel dos que desejam a República, que, como eloquentemente o proclama o ilustre Bastiat, tem por fim aliviar de seus encargos o Povo, fundar a Segurança na simpatia popular, eliminar o deficit, levantar a Confiança, reanimar o Trabalho, restabelecer o Crédito, fazer retroceder a miséria, realizar a Justiça, a Liberdade e a Paz [...]» (Bruno, *GN*, p. 89).

Entretanto, dá-se a falhada revolução - e não revolta, segundo Sampaio Bruno<sup>(18)</sup> - de 31 de Janeiro de 1891. A participação de Sampaio Bruno nesta revolução, não

---

<sup>(17)</sup> «O que é ser Republicano», in *Almanak do Norte para 1885*, Coimbra, 1884, p. 3.

<sup>(18)</sup> Ao escrever, em data comemorativa do 31 de Janeiro, Bruno explica a razão de chamar a este acontecimento revolução e não revolta: «Só há revolução para progredir; todo o passo para trás é revolta [...]. Assim, o "31 de Janeiro", que foi um passo violento para diante, é uma revolução. É uma nobre, bela e pura revolução ele foi» - *A Pátria*, Porto, 30 de Janeiro de 1910.



surgiu por acaso. Havia todo um passado, por parte deste ilustre portuense, embebido do ideário republicano que, como ele confessa mais tarde, não era fruto de uma qualquer sentimentalidade de ocasião, mas suportado por bases sólidas: «Não foi uma vaga sentimentalidade que nos firmou republicanos: mas uma convicção de natureza inteiramente científica, exercendo-se pela persuasão e simbolizando uma necessidade social indeclinável» (Bruno, *BM*, p. 422). Essa tentativa de implantação da República, embora falhada, restou como um alerta à consciência pública, no domínio dos factos, que Bruno só achava paralelo nos reflexos d'*A Pátria*, de Guerra Junqueiro, no domínio das ideias.

Sampaio Bruno, vê-se obrigado, logo após o insucesso do 31 de Janeiro, tal como muitos outros companheiros de ideias, a viver as agruras do exílio, sobretudo por terras de Espanha e França, países onde, respectivamente, Sampaio Bruno redigiu (o documento foi aprovado por todos os exilados, reunidos em Madrid) e fez imprimir o *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*<sup>(19)</sup>, que constitui, por assim dizer, uma antologia do ideário republicano, embora escrito apenas pela pena de Sampaio

---

<sup>(19)</sup> Este *Manifesto*, diz-se aí, «é conjuntamente um protesto e uma exortação», e onde se declara que «o país não se há-de vexar, envergonhado, dos seus filhos hoje proscritos, antes com eles deve e pode contar, para todos os sacrifícios que a salvação da pátria em perigo tem o direito de exigir dos cidadãos probos e dedicados» - *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, Paris, 1891, p. 28.

O próprio Bruno faz a história do *Manifesto*: «O *Manifesto* foi escrito em Madrid numa casa [...] onde se alojavam José Pereira de Sampaio e Basílio Teles; assistiram à sua primeira confecção Carlos Richter e José Tavares Coutinho; lido depois aos emigrados reunidos juntos, foi por eles unanimemente aprovado» - *Diário da Tarde*, Porto, 4.FEV.1911. Neste mesmo periódico, passados dois dias, Bruno refere que foi só ele quem redigiu o *Manifesto*.

Bruno. Era um documento ou testemunho para Portugal, mas também para a Europa.

Após o regresso do exílio, a peleja pela República continua - embora com menos vigor do que em tempos idos -, sendo, agora, o centro estratégico o diário portuense *A Voz Pública*, onde escreveu empenhadamente durante uma quinzena de anos, e exercerá mesmo, durante algum tempo, a direcção da redacção política.

A favor da República e contra a Monarquia, Bruno mobiliza as suas energias, busca apoio nesse sentido em filósofos de renome como Augusto Comte e Herbert Spencer<sup>(20)</sup>, e associa mesmo, numa espécie de comprometimento, a República ao amor patriótico: «Todo o português, diz ele, que ame a sua pátria deve contribuir, na medida de suas forças portanto, para que se faça já, sem perda de tempo, a república aqui. Quem, sendo independente, assim não proceda, ou é mau de coração ou é curto de inteligência!»<sup>(21)</sup>. Bruno associava os sentimentos às grandes causas. Era o terceiro elemento da trilogia da Revolução Francesa, a fraternidade, que havia de anelar o conjunto. É nesse sentido que proclama a dignidade pessoal como o «fundamental sentimento democrático» e a inveja como o factor que «deu cabo de democracias pouco instruídas ou pouco moralizadas. É a inveja que torna possível o despotismo» (Bruno, *ENC*, p. 329). Muito será amar a liberdade e a igualdade, mas estes nobres sentimentos são insuficientes, pois «uma alma não é verdadeiramente republicana, digamo-lo em definitiva, se nela não habitar outro sentimento, transcendental, de origem divina. É o da humanidade; ela estreita, por um laço mais íntimo, a união dos cidadãos» (Bruno, *ENC*, p. 330). Só assim terá sentido o *ternário sagrado*, a «fórmula

---

<sup>(20)</sup> Cf. *A Voz Pública*, 27 de Junho de 1896.

<sup>(21)</sup> *Ib.*, 26 de Março de 1896.

maravilhosa, insubstituível, proposta por Saint-Martin antes da Revolução Francesa», que a terá bebido no «filósofo desconhecido», o português Martinez de Pascualis. É a humanidade ou bondade que tira àquela fórmula a sua rigidez teórica na almejada edificação da Justiça. A democracia terá como função principal ir, a pouco e pouco, extirpando a desigualdade social, embora respeitando a diversidade natural: «Nem na lei já nem nos costumes ainda, urge que se não habituem [os cidadãos] a considerar-se diferentemente do que o que, na diversidade natural, eles, na homologia social, são: Uns para com os outros nem mais nem menos, mas inteira e absolutamente iguais» (Bruno, *NE*, p. 344

Até ao 5 de Outubro de 1910, a palavra República continua a brotar no espírito de Bruno como uma espécie de *catarse nacional*. Ela aparece-lhe como uma síntese de bons princípios e bons sentimentos, contendo em si, entrelaçados Liberdade-Igualdade-Fraternidade entre si e com a Bondade e a Justiça<sup>(22)</sup>. A República é vista por Bruno até como o «elixir de longa vida»<sup>(23)</sup>.

A três meses da implantação da República, e interpretando o devir especificamente português, Sampaio Bruno entende que a democracia só pode acontecer sob a República: «A democracia hoje em dia em Portugal - adverte ele - não pode ser senão republicana; pode entender-se uma Inglaterra aristocrática e socialista; pode entender-se uma Alemanha imperialista e socialista. São incongruências que têm a sua explicação no processo histórico da formação daquelas nacionalidades»<sup>(24)</sup>. Só pela República (*res mais publica*), a coisa de todos, a democracia alcança o seu sentido pleno. Não há outra via, neste momento histórico.

---

<sup>(22)</sup> Cf. *Ib.*, 19 de Setembro de 1901.

<sup>(23)</sup> *Ib.*, 20 de Maio de 1898.

<sup>(24)</sup> *A Pátria*, Porto, 21 de Junho de 1910.

Embora se trate de uma fase transitória, pois, baseado em orientações de E. Hartmann, para Bruno o desfecho do desenvolvimento histórico será a eliminação integral da ideia de autoridade.

Aquela asserção não é feita por acaso, pois o pensamento bruniano está embebido numa constante preocupação em matéria de filosofia da história, em que E. e a sua *Filosofia do Inconsciente* estão presentes. Bruno refere e assume que existe um «processo misterioso e teleológico que domina, providencialmente, a natureza e a história»<sup>(25)</sup>, e, sempre atento ao caso português, acredita que Portugal «não está destinado a uma catástrofe definitiva e irremediável», como poderia parecer; antes, pelo contrário, entrará numa fase de revigoramento, porventura superior à sua tradição de até ali<sup>(26)</sup>.

Eis, entretanto, que o tão almejado dia da implantação da República tem o seu advento. O contentamento nas aspirações republicanas é manifesto. Sampaio Bruno comunga desse sentimento mas, nele, cedo começa a dar sinais de esmorecimento. Os caminhos trilhados pelo poder republicano começavam a gerar-lhe um sentimento de desencanto, que não mais se dissipará. Nem filosófica, nem religiosamente, havia nele coadunação com o republicanismo reinante, pois para a orientação vigente «Ser republicano implicava, de um ponto de vista filosófico, ser materialista e/ou positivista e, de um ponto de vista religioso, ser ateu ou agnóstico; de qualquer modo, anticlerical.

No alvorecer de 5 de Outubro de 1910, a *questão política*, agitada pelos republicanos e seus aliados objectivos, deixa a perder de vista a *questão religiosa* que lhe subjaz. Pelos compromissos activos da Igreja com o

---

<sup>(25)</sup> *A Voz Pública*, 30 de Junho de 1901.

<sup>(26)</sup> Cf. *Ib.* 3 de Outubro de 1907.

regime deposto, a *questão religiosa* é arvorada pela facção republicana e pelos seus aliados numa *questão política* fundamental, mesmo uma questão de regime, identificando-se o catolicismo com a medula ideológica do despotismo e o anticlericalismo como a condição *sine qua non* de um regime de liberdade»<sup>(27)</sup>.

Se homens do jaez de Bruno tinham a pena para manifestar o seu descontentamento, outros havia que, entendendo só difusamente que os princípios nobres da República estavam a desvirtuar-se, não deixavam de sentir na pele os efeitos desse descaminho. É do sentir desses que Sampaio Bruno tenta dar eco: «Proclamada a República em Portugal - escreve ele, passados três meses -, e logo dissipado o júbilo do entusiasmo espontâneo e sincero dos primeiros momentos, começou a substituí-lo um sentimento penoso de inquietação, a que sucedeu, sobretudo nas classes sociais médias, um descontentamento ao mesmo tempo vago e vasto»<sup>(28)</sup>.

Não haja naquelas palavras uma interpretação de esmorecimento da parte de Bruno em relação à República como sistema. A fé e o empenhamento nela mantinham-se. A orientação que estava a ser-lhe dada pelos detentores do poder é que era o ponto da fundamental discórdia. Sampaio Bruno explicita, desfazendo eventuais ambiguidades, que o que ele quer continua a ser o mesmo que os seus opositores: a consolidação da República. Os meios é que divergiam<sup>(29)</sup>. Confessa-se no Porto em 1911, no mesmo ponto

---

<sup>(27)</sup> Norberto Ferreira da Cunha, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1997, pp. 71-72.

<sup>(28)</sup> *Diário da Tarde*, Porto, 2 de Janeiro de 1911.

<sup>(29)</sup> Cf. *Ib.*, 12 de Janeiro de 1911. Os opositores de Bruno começavam a vir a terreiro, apelidando-o de *talassa* (isto é, não aderente à República), sobretudo porque ele defendia uma República para todos os portugueses - «uma república *nacional*, não

de vista em que estava em Madrid em 1891, quando redigiu o *Manifesto dos Emigrados*, e demarca-se do oportunismo político que via grassar: «Eu não tenho as opiniões dos meus interesses nem as doutrinas que proclamo são doutrinas de ocasião»<sup>(30)</sup>.

O fulcro da discórdia tinha a ver com algo de tão fundamental que não se antevia uma eventual reconciliação de Sampaio Bruno com o republicanismo vigente. Tratava-se da questão da tolerância, nomeadamente em matéria religiosa. Sampaio Bruno, em 1911, depois de fazer a história da sua postura perante a religião, aclara que a sua aceitação da importância histórica do catolicismo não era daquela altura, e admira-se repulsivamente com a marca da vanguarda republicana que conduzia os destinos da República: «Quem nos haveria então de fazer supor [reportava-se ao ano de 1875] que em 1911 o traço distintivo do espírito novo dos avançados em Portugal seria uma irreligião ignorante e petulante?»<sup>(31)</sup>.

É este estado de espírito, marcado pela desilusão e pela mágoa, que levará este homem à retirada total do caminho por onde era conduzida a República, que não era o seu, aquele por que tanto sonhara e tanto lutara. Em 17 de Fevereiro de 1911, retirava-se da política portuguesa «completa e absolutamente enjoado».

Por essa altura continuava válida (e continuaria até ao final dos seus dias) a sua proclamação de 1898: «*Ubi libertas ibi patria*; onde a liberdade, aí a pátria. (...) O exílio não o [a ele] apavora, porque prefira ser um cidadão faminto a um escravo gordo» (Bruno, *BM*, p. 459).

---

de *sectários*» -, incluindo os monárquicos, que desejava ver presentes na Constituinte - Cf. *Ib.*, 3 e 6 de Fevereiro de 1911.

<sup>(30)</sup> *Ib.*, 6 de Fevereiro de 1911.

<sup>(31)</sup> *Ib.*, 9 de Janeiro de 1911.



#### 4. Deus e o mal: uma visão heterodoxa

##### 4.1. A antinomia positivismo-metafísica

Sampaio Bruno, em 1878, num longo ensaio intitulado «A propósito do positivismo (relance)», publicado na revista portuense *O Museu Ilustrado*, deixara clara a sua posição crítica sobre o positivismo. Vinte anos mais tarde, na sua prolixa obra *O Brasil Mental* (1898), estende e aprofunda as suas reflexões argumentativas sobre a corrente que tão intensamente se implantara em largas faixas de pensadores a partir da segunda metade do século XIX. Certamente, uma das correntes que maior influência teve em Portugal, a par da escolástica. Entre épocas claramente distantes no tempo, vicissitudes várias e diversas se encontraram e desencontraram, na vida do país, no mundo das ideias, no seu próprio percurso vital.

Razões de índole político-partidária e filosófica teriam estado subjacentes no retomar, de forma tão incisiva, daquela temática. Em Portugal, positivismo e republicanismo andavam juntos. Ora, Sampaio Bruno, militante do Partido Republicano Português, tinha necessidade de mostrar que a sua luta pelos ideais republicanos não implicava necessariamente uma comunhão com o positivismo, como era apanágio dos seus correligionários. Depois, e simultaneamente, o seu percurso de pensamento levava-o a determinadas ideias, que desejava expor, e que não se coadunavam com os princípios positivistas. *O Brasil Mental* surge como uma espécie de preparação do terreno - um aviso aos seus leitores,



admiradores e, até, opositores - para uma nova, em evolução, sementeira filosófica, que irá surgir primeiro com *A Ideia de Deus* (1902), e se completará depois com *O Encoberto* (1904) <sup>(32)</sup>. Embora, como ele nos adverte, «as ideias são as mesmas; as paixões são diversas, porém» (Bruno, *ID*, p. XLIII). Ou seja, as circunstâncias eram diferentes. Havia aperfeiçoamentos de maturidade, com factores diversos, onde a experiência do exílio não foi de somenos importância.

A estrutura do sistema filosófico comteano tem como base a lei dos três estados. Bruno pautará a orientação das suas críticas ao positivismo pela renúncia fundamental dessa teoria. Depois de fazer a análise dos vários aspectos do positivismo, remata que «as conclusões [do positivismo] são absurdas. Logo, as premissas o são também» (Bruno, *BM*, p. 257). E, claro, a premissa maior será essa lei dos três estados, de que Bruno não se cansa de proclamar como falsa. O que, provado isso, implica o desmoronamento da arquitectura do sistema comteano. Para Bruno essa lei é «falsa, falsíssima» e está «arruinada», pois os três estados não se sucedem e substituem, como queria Comte; esse é «o princípio vital do erro de Comte» (Bruno, *BM*, p. 221).

Sampaio Bruno não deixa dúvidas sobre o seu repúdio àquela fórmula comteana. Classifica-a de corolário erróneo, de insuficiência manifesta, de imperfeita, inacabada, incompleta, inexacta. Ao longo d'*O Brasil Mental*, Bruno vai deixando disseminadas algumas interrogações críticas a essa teoria que tinha a pretensão

---

<sup>(32)</sup> N'*O Brasil Mental*, tendo como motivo expresso o conhecimento recíproco, a nível da criação mental, entre Portugal e o Brasil, Bruno aproveita o caso de os nossos irmãos brasileiros terem uma posição de positivismo sectário, para dizer que ali se encontra um exemplo claro de seguidismo face ao sistema comteano, que ele não aconselha, e, sobretudo, não comunga.

de tudo abarcar: como se poderá entender, sob essa lei, que, por exemplo, de Genoude tivesse sido positivo na sua mocidade e teólogo na sua virilidade? Como se pode explicar que pensadores como Vacherot, E. de Hartmann, Janet, hajam sido puros metafísicos? E não houve puros teólogos como Ségur, Gaume, Freppel? (Cf. Bruno, *BM*, pp. 119-120). Como pôde, e como pode, o homem viver nos estados teológico e metafísico sem a positividade de conhecimentos? Onde incluir o desenvolvimento moral, e o industrial, e o estético? (Cf. Bruno, *BM*, p. 127). De objecções deste género, e de outros aspectos como o de encontrar os estímulos subjectivos e anoéticos de Augusto Comte na construção da sua fórmula, faz Bruno o seu remate: «Conclusão: a lei de Comte não é ainda a de que precisamos. Não serve, porque é de menos para medir o que é de mais» (Bruno, *BM*, p. 135). E especificando um pouco, coloca o dedo no âmago da filosofia positivista: «Para que a lei dos três estados fosse verdadeira (no sentido de: exacta, perfeita, acabada, completa) era preciso o impossível.

O complexo das coisas - nele compreendido o homem - é um sistema estático de equilíbrio de infinitos factores, concorrentes, provindo cada de outros, tendo suas causas especiais, e reagindo todos uns sobre os restantes» (Bruno, *BM*, pp. 148-149). Então, poderia ainda Bruno interrogar Comte: como formar leis ou, melhor, uma lei com tantas variáveis assim?

Pelo alcance, nomeadamente gnosiológico, da sua percepção da realidade, vê-se claramente a posição bruniana sobre o positivismo. Mas não se fica por aí. Outras parcelas da doutrina comteana, como a religião, a questão social, a classificação das ciências, merecem-lhe especial atenção.

Em conclusão, e depois de análise exaustiva, Sampaio Bruno remata que o positivismo deverá ser tomado como um método - no que, já há muito, era adoptado pelas ciências naturais -, pois, como sistema é inaceitável. Ao longo de ambos os estudos sobre o positivismo, Bruno vai desfiando uma série de dados que deixam clara a sua rejeição daquele sistema filosófico. Tomando a máxima de que a árvore se conhece pelos seus frutos, Bruno assume a posição de Charles Pellarin - como acontece frequentemente ao longo de toda a sua crítica ao positivismo - e conclui que A. Comte se encarregou, ele mesmo, de refutar o seu sistema: que dizer de um sistema que passou um traço sobre a ontologia, negando a investigação do absoluto, e que tem por alvo purificar a ciência e a filosofia do espírito metafísico? (Cf. Bruno, *BM*, p. 109) Como não se vê que a fórmula comteana é unilateral, não percebendo que os fenómenos sociais são interdependentes? (Cf. Bruno, *BM*, p. 149). Como entender que ao positivismo interesse apenas o *como* das coisas e não se importe com o *porquê*? (Cf. Bruno, *BM*, p. 152). Como não se alcança que o «homem há-de tentar sempre devassar o mistério que o incita e o irrita» (Bruno, *BM*, p. 181), e que tal é um *facto*, e a metafísica tem precisamente «por objecto o responder a perguntas *reais* do espírito»? (Bruno, *BM*, p. 268). Se assim não for entendido, como poderemos esboçar uma resposta a perguntas como estas: «Com efeito, a consciência, a todo o instante sério e alto da vida mental ou moral, nos sugere estas tremendas perguntas: Há Deus? Não há Deus? A alma humana é livre, imortal, responsável? O acto tem uma sanção e qual seja ela?» (Bruno, *BM*, p. 155). Porque não poderemos nós «asseverar que nos é lícito assentar existências pelo raciocínio, desde que se achem presas a dados conhecidos e que somente elas explicam»; e assim sendo, a existência de Deus não poderá «talvez ser determinada rigorosamente pelo

raciocínio»? (Bruno, *BM*, pp. 190-191). Remata Bruno em implícita resposta às acusações dos positivistas: «Nós não partimos da metafísica para a positividade; mas, pelo contrário, da positividade para a metafísica» (Bruno, *BM*, p. 160). Afinal, Bruno viu bem o que só os antimetafísicos não queriam entender, apesar da sua evidência, que a metafísica só se pode combater com outra metafísica.

Enfim, depois de longas páginas dedicadas à análise crítica do positivismo e à defesa da metafísica, Sampaio Bruno havia assentado determinados pressupostos que irão ser a porta de acesso para um novo desenvolvimento no seu pensamento, que irá explicitar, de seguida, n'*A Ideia de Deus*. Estava aberto o caminho para as suas reflexões de ordem metafísica.

#### **4.2. Deus e o mal**

Sem a metafísica, como queria o positivismo, não era possível, segundo Bruno, fazer uma lógica e coerente teorização filosófica sobre qualquer matéria. Trata-se, afinal, da busca de resposta às questões *reais* do espírito, de que Bruno tem clara consciência na sua reflexão filosófica.

No pensamento de Sampaio Bruno encontramos a preocupação pelos assuntos mais fundamentais da filosofia: Deus, o homem, o universo. Temas como a origem e a essência de tudo, a condição e o destino do homem, o problema do mal, o universo e a sua evolução, a existência de Deus, são nevrálgicos na sua filosofia. Como

preocupação primeira encontramos a (in)conciliação entre a perfeição de Deus e a existência do mal.

Nas suas análises sobre Deus, chega à conclusão que as vias de prova da existência de Deus, apresentadas pelo pensamento ortodoxo de teólogos e metafísicos, concluía apenas pela existência de um ente de razão. Bruno, vendo essa argumentação marcada pela incongruência, parte para uma enunciação diferente do problema, tendo em conta a sua própria vivência, da qual não fazia parte a fé religiosa, e o contexto da prática religiosa, onde não vislumbrava a presença de Deus. Deus surge-lhe, então, não como a causa de todo o criado, mas como a essência absoluta.

A questão central da existência de Deus, no pensamento bruniano, não era a do fundamento dos seres finitos, como tinha sido apresentada pelas vias de prova tradicionais, mas a da origem e fundamento do mal e, concomitantemente, a sua eliminação. Problema que não era exclusivo da condição humana, mas comum a todo o universo. Mesmo se Deus não é nem pode ser a origem do mal, a realidade deste é incontestável e não pode ser vista à margem da realidade de Deus. Então, como conciliar a realidade do mal com a realidade de Deus - sendo este ortodoxamente apresentado como transcendente, onisciente e onipotente -, e, ainda, que se pode dizer filosoficamente sobre a origem, a justificação e a resolução do mal na condição humana e em todo o universo? Estas algumas das questões que constituem a medula das densas páginas d'*A Ideia Deus*.

Sampaio Bruno, atormentado pelo grande problema do mal, entra no limiar da metafísica. Como deixara esclarecido n'*O Brasil Mental*, a inteligibilidade do mal não era possível no seio das ciências positivas, pois não

se trata de um qualquer objecto sobre o qual se possa fazer uma investigação laboratorial. æ sua ordem tem de corresponder um estudo de diferente ordem, um estudo metafísico, pelo qual Bruno irá enveredar. Apesar disso, para explicar o aparecimento do mundo (e do mal), afasta-se da explicação teísta que o coloca intrínseco à criação divina. Em consequência, nega igualmente a perfeição divina em termos tradicionais. A origem do Universo e o aparecimento do mal radica-os num mistério inexplicável, pelo qual o Ser único, originário e absoluto se alterou: «Nós não podemos compreender - diz Bruno - como foi esse mistério da diferenciação de parte do espírito puro. Porém, que ele dado se houvesse é necessário: para que, um tanto ininteligivelmente o enigma universal nos seja, ainda que em seu limiar, acessível» (Bruno, *ID*, p. 460). Como se deu essa queda - intrínseca ao próprio Deus e não queda das criaturas -, eis um dos pontos seminais da sua filosofia.

Afastada a tese criacionista, Bruno enceta uma outra explicação para a cosmogonia ou génese do mundo. Pelas indicações que nos dá, o seu esquema de cariz místico ter-se-á inspirado nas ideias de E. de Hartmann, expostas na sua obra *Filosofia do Inconsciente*, que por sua vez faz eco do pensamento do filósofo alemão Schelling, que condensa determinadas tendências da cultura ocidental. Tendências essas, de cariz neoplatónico, próximas dos sistemas gnósticos heterodoxos, e veiculadas por Jacob Boehme, um dos expoentes da mística especulativa alemã dos séculos XVI-XVII, que procura conciliar o absoluto com a existência da realidade finita e com a presença nesta do mal<sup>(33)</sup>.

---

<sup>(33)</sup> Certamente, outras orientações interessaram a Bruno. Entre essas estariam as de linha esotérica de Martinez Pascualis (século XVIII) e do seu discípulo Saint-Martin (1743-1803). Das ideias da obra de Martinez

No entanto, tudo permanece envolto em mistério. Querer tirar o véu e atingir a verdade absoluta não o lograremos na actual condição humana. É uma realidade que excede o nosso espírito. Só, ucronicamente e utopicamente, na consumação dos séculos, refere Bruno, virá um Buda «experimentalista e dialéctico», um Cristo, cujos «prodígios sejam argumentos», o «Paracleto, o consolador» proclamar assim aos homens: «Explicar-vos-ei Deus na sua plenitude pelo desenvolvimento de Deus em sua essência. Explicar-vos-ei a criação dos mundos e a dos homens, a origem do mal, a salvação das almas e o fim da matéria. E os espíritos que em si-mesmos encerram alguma coisa de celeste aí verão claro e prestes compreenderão» (Bruno, *ID*, p. 482).

Bruno não deixa, apesar do denso mistério, de fazer uma reflexão filosófica sobre aquilo que é nuclear na sua filosofia, o Universo e o seu sentido. No seu pensamento, o mal não pode ser obra do homem. Quando muito, o homem é um «operário» do mal, o que já é um mal, mas isso não significa que ele seja o seu criador, porque se assim fosse, ao homem se teriam de imputar todas as calamidades que acontecem no mundo: «Se o mal é obra do homem, diz Bruno, os flagelos mortíficos que açoitam animais e plantas obra do homem são; os tufões são desencadeados pelos pilotos dos navios que naufragam e o terramoto de Lisboa foi encomendado adrede pelo [...]. Nem do mal moral todo o homem será responsável, como o não é de suas ferocidades o selvagem primitivo; e, que o fosse, restava ainda o problema na mesma. Que o homem possa operar a existência do mal - é, já, o primeiro mal; e esse, originário de todos, é que ele o não criou. Em

---

Pascualis, *Tratado da Reintegração dos Seres Criados nas suas primitivas propriedades, virtudes e poderes espirituais e divinos*, teria tido conhecimento através de Saint-Martin.

última análise, Deus resta o responsável, por ter dado a existência a um ser tão mau que haveria de perturbar a ordem do universo fazendo aparecer na terra o mal» (Bruno, *ID*, p. 426). Como explicar então o aparecimento do mal e do erro? O mal e o erro são intrínsecos ao mundo pela queda, assim sendo desde o princípio. O mal não é condição exclusiva do homem, mas de toda a natureza. Assim, também a redenção, o regresso ao homogêneo, não é exclusiva ao homem, mas envolve todo o universo. O mal surge no mundo naquele momento em que se dá o aparecimento da matéria, e que ele próprio nos apresenta, após várias reflexões, em jeito de sinopse: «Recapitulando, temos: no primeiro momento da ideação, a Eternidade, igual ao Infinito no Tempo puro. No segundo momento: temos o Infinito, no Tempo puro, mas agora diminuídos; e concomitantemente o Espaço, isto é Tempo alterado, espaço que é a matéria, no átomo primo, extenso e contíguo, em movimento. No terceiro momento: temos essas duas existências e agora uma terceira, que é o tempo derivado, o tempo contado no espaço [a duração], pela grandeza medida, isto é pela qualidade comparada à qualidade (ou seja quantidade) a qual se contém, desde o momento anterior, no número sucessivo dos átomos primos» (Bruno, *ID*, p. 397)<sup>(34)</sup>. Este esquema metafísico da evolução, de cerne nitidamente

---

<sup>(34)</sup> Na sequência desta exposição sintética, Bruno traduz também esse esquema por uma espécie de fórmula matemática. Posteriormente, Bruno volta a expor o seu esquema de matriz claramente spenceriana: «No princípio era a Perfeição, o espírito homogêneo e puro. No segundo momento, mercê do efeito dum mistério, temos o espírito diminuído e a seu par a diferença que se tornou heterogênea, isto é o mundo. No terceiro momento, reintegrar-se-á o espírito puro, pela absorção final de todo o heterogêneo. Assim, três são os instantes supremos do crescimento. Um: é o espírito homogêneo e puro, que foi e há-de voltar a ser. Eis o ponto-de-partida e eis o ponto-de-chegada. Outro: é o espírito puro mas diminuído actualmente, pelo destaque separativo do universo. Enfim, o outro ainda: é esse universo, que aspira a regressar ao homogêneo inicial», Bruno, *ID*, p. 460.



heterodoxo, tradu-lo Amorim de Carvalho por esta forma feliz: Deus-Homogéneo -\_ queda de Deus -\_ Mundo-Heterogéneo -\_ o Mal -\_ Redenção pela consciencialização e cooperação universal com Deus -\_ Reintegração em Deus e termo dos seres individuais<sup>(35)</sup>.

Sobre o processo da «criação», e tudo o que lhe está associado, já Bruno havia dado o melhor da sua reflexão, como referimos atrás. Agora, no epílogo d'*A Ideia de Deus*, debruça-se, em visão prospectiva, sobre o desfecho da evolução e sobre o papel que cabe ao homem no seio dessa evolução.

Como corolário das ideias de Bruno sobre o desfecho da evolução, encontramos um racionalismo levado ao extremo<sup>(36)</sup>. A revelação dirigir-se-á à razão, e não às almas como proclamava Jesus Cristo. O postulado será que «Germinal agora só o Racional» (Bruno, *ID*, p. 480). As deduções tira-as de imediato. A religião indica a vereda, mas, agora, a religião não é a dos santos; agora, o «santo tem de ser o sábio. A prática não é de boas-obras, mas de bons-pensamentos». Agora, a «virtude não é o esteio da verdade. O sacrifício, *qu'est-ce que cela prouve?* O martírio é inútil, porque não é silogismo». A «revelação há-de sair demonstração hoje em dia» e das «mentes inspiradas, tem de brotar, cair a verdade crítica». Agora, a fé tem de sair do cálculo, até que surja um Cristo que se entenda plenamente pela via do raciocínio: «Assim, portanto, as almas têm de reacender-se no raciocínio; e a fé há-de emergir do cálculo. Virá um Buda experimentalista

---

<sup>(35)</sup> Cf. Amorim de Carvalho, *O Positivismo Metafísico de Sampaio Bruno*, Sociedade de Expansão Cultural, Lisboa, 1960, p. 173.

<sup>(36)</sup> O livro *A Ideia de Deus*, refere Bruno que foi escrito com motivo e a propósito de Amorim Viana, e que constitui o «anelo dum "misticismo idealista"», que é, simultaneamente, fecho da sua obra e motivo de esperança essencial que, está certo, «chegará, lá para os dias mais confiantes do longínquo porvir», Bruno, *ID*, pp. 481-482.

e dialéctico. Um Cristo virá, cujos prodígios sejam argumentos». Então, com a vinda de um Cristo de total inteligibilidade, que chegará quando os raciocínios estiverem aptos para o entender, o mundo estará preparado para a etapa final da reabsorção esperada, em que o Homogéneo novamente será: «No tom do movimento universal, - termina Bruno *A Ideia de Deus* -, o movimento individual, pelo exercício da sabedoria e pela prática da santidade (o que virá então a consistir no mesmo), convergirá, indescreantemente, para a absorção recuperadora. A resorção do cosmos ultimar-se-á a reintegração da unidade do infinito no perfeito. Haverá Deus, e um Deus só, e só Deus. [...]. Redimido o diferenciado, na consumação dos séculos, como o foi antes dos séculos: - a homogeneidade do absoluto será» (Bruno, *ID*, p. 483).

A busca de Deus, em Bruno, não se fixa na via da revelação, mas no caminho da razão filosófica. Ou seja, a fé religiosa subsume-se na razão filosófica e o discurso teológico passa a ser o discurso filosófico, em que o conteúdo da fé, embora não seja eliminado de todo, passa para a ordem racional.

Se a raiz do mal é separação/queda de Deus, o bem será integração em Deus/Homogéneo. Ao homem cabe o papel de, na medida das suas possibilidades, ser libertador-integrador, diminuindo, pelo amor, a separação até à reintegração final no Homogéneo ou espírito puro. A felicidade do homem, que não se identifica com gozo ou fruição, teria a ver com o termo do mal. A missão do homem não se restringe à sua espécie, mas a toda a natureza, como veremos de seguida.

#### **4.3. O homem como adjuvante da evolução**

À teoria exposta n'*A Ideia de Deus*(1902), dá-lhe Bruno seguimento n'*O Encoberto*(1904). A chave de leitura desta obra, que só ganha sentido quando entroncada nas ideias daquela, dá-no-la Sampaio Bruno quase a terminar a obra: «Dissipe-se a nuvem que encobre o herói. O herói não é um príncipe predestinado. Não é mesmo um povo. É o Homem» (Bruno, *ENC*, p. 378).

Já há bastante tempo que Bruno trazia em mente a ideia de escrever uma obra deste género. Nas *Notas do Exílio*(1893) e n'*O Brasil Mental*(1898), já aparece anunciado um volume com o título de *Teoria da Evolução Portuguesa*.

*O Encoberto* é não só uma teoria da evolução portuguesa, mas, mais do que isso, pois Bruno vai mais longe, e apresenta-nos a construção de uma antropologia. Não de uma visão antropocêntrica, pois o homem não é o condutor da evolução. O homem - esse ser problemático, enigmático, *encoberto* -, não tem como finalidade o saber, mas cabe-lhe a responsabilidade, não em sentido individualista, de se redimir e de fazer com que todo o universo se redima, resistindo e eliminando o mal, como tão apropriadamente ele encontra nas palavras de Novalis: «Não foi Tolstoi. Quem encontrou a palavra do enigma foi o poeta alemão Novalis. Novalis escreveu: -o fim do Homem é ajudar a evolução da Natureza. Esta palavra vai até ao fundo do fundo do abismo. Nunca nenhuma assim sublime brotou de lábios inspirados. O fim do Homem é ajudar a evolução da Natureza» (Bruno, *ID*, 470). O homem tem o dever da resistência ao mal, como também o proclama Teilhard de Chardin. Mas como? - interroga-se Bruno: «Trabalhando, para saber, a fim de poder. E, podendo,

cumpre-lhe esquecer-se, não acreditando em soberbia, como até aqui, que a decifração dos mistérios é para que sua curiosidade se satisfaça; para que, redundantemente, seus prazeres aumentem. O homem tem de dar conta do supremo dever que lhe incumbe, o dever para com a natureza inteira. Libertando-se a si, libertando os seus irmãos de espécie, ele contribuirá já para a libertação universal» (Bruno, *ID*, p. 470).

N'*O Encoberto*, poder-se-á dizer que, dos sete capítulos que o compõem, os seis primeiros são de introdução e preparação para o último, intitulado "Decadência e Progresso", onde é exposto o fundamental da filosofia bruniana, em íntima conexão, como já anotámos, com a teoria desenvolvida na obra anterior.

Centrando-se na problemática do sebastianismo, dá-nos Bruno uma interessante visão deste tema, de uma forma geral antípoda à interpretação que lhe dera Oliveira Martins: «Em sua História, , esboçando uma visionária teoria do sebastianismo, como fator oculto da vitalidade nacional através de todo o nosso percurso histórico desde Alcácer-Quibir [...]» (Bruno, *ENC*, p. 149). Igualmente critica Oliveira Martins pelas conclusões que daí tirou para a sua teoria da história, afirmando que «é quimérica a teoria da história de Oliveira Martins, que pretendeu, paradoxalmente, erigir o sebastianismo à altura da idiossincrasia moral da gente portuguesa» (Bruno, *ENC*, p. 257).

Depois de fazer uma análise circunstanciada da matéria sebástica, onde têm especial relevo as profecias de Bandarra, que nos foram legadas, logo no romper do Século XVII, pela pena de D. João de Castro, conclui Bruno que, fora aquele período em que havia a possibilidade de D. Sebastião estar vivo, «o sebastianismo foi sempre

aberrante maluquice, peculiar de escassa data de alienados pacíficos» (Bruno, *ENC*, p. 257). O messianismo, adverte Bruno, é comum a outros povos, e a esperança de tipo sebástico anima em épocas de crise, e vice-versa, sendo até característica nas cidades sitiadas. Passando à cultura portuguesa, interpreta Bruno que «na nossa degenerescência sebastianista, sempre que os negócios públicos melhoram e a prosperidade económica se acentua, a tineta sebastiânica esbate e os apodos sarcásticos rebentam contra a fidelidade lorpa dos últimos abencerrages do Encoberto» (Bruno, *ENC*, pp. 257-258).

Segundo Bruno, a interpretação da história tem de ser feita segundo um critério novo, ideia fundamental que teria escapado a todos os filósofos da história, desde Vico a Augusto Comte, o qual seja o conceito de progresso; no estudo da história, não é o passado que nos fornece o segredo do futuro, mas pelo presente é que nós chegaremos a explicar o passado; a política é que servirá de interpretação à história e não o contrário. Essa ideia de querer constituir a história científica, refere Bruno, «foi a ilusão máxima do génio de Augusto Comte, ilusão que ele baptizou com o nome designativo de [...] sociologia» (Bruno, *PGN*, p. 487). A previsão neste domínio não é, pois, possível. Ainda que se leiam os melhores sociólogos - Comte, Spencer, Giddings, na selecção de Bruno -, não se «pode escrever uma página, uma linha que seja desse volume inescrevível da *História do futuro*. Eu posso prever em astronomia mas não posso prever em política» (Bruno, *PGN*, p. 488). Naquele aspecto, de que o presente é que dá a luz para interpretar o passado, aparece Bruno como pioneiro de uma teoria que viria a ser proeminente na historiografia

não muito distante, em autores como Henri Pirenne, Marc Bloch, Lucien Febvre<sup>(37)</sup>.

Tendo em conta aquele novo critério, abalança-se então Bruno a dar uma nova visão da história nacional, que não encontrara até aí, nem em autores da geração de 70, como Oliveira Martins ou Antero de Quental. A nova dinâmica interpretativa girará agora à volta dos conceitos decadência-progresso, como nos aparece no capítulo derradeiro do *Encoberto*. Na sua interpretação não exclui a decadência. Mas trata-se de decadência política, pois a par dessa houve progresso da sociabilidade. Aquela, conclui, foi mera «decadência *accidental*»; o outro, foi «progresso *essencial*»<sup>(38)</sup>

Entre nós, como poderemos vislumbrar esse progresso, que parece enublar-se por entre a decadência? Em acontecimentos, anota Bruno, como o do abolimento da Inquisição - para ele, a **besta-negra** da nossa História -, e o fim do uso da palmatória, o *santo-lenho*, nas escolas - a que nem o educando D. Sebastião se pudera furtar - e outros flagelos, sobretudo na vida militar, que inclui no vasto rol das torturas.

Com esta nova visão da realidade, as coisas mudam de matiz. A sua esperança regenerativa passa de um plano político para um nível cultural e místico. Daí que o advento da República seja recebido com natural júbilo, mas com algum esbatimento que só nesta transmutação se entende<sup>(39)</sup>. A questão política relativiza-se, portanto,

---

<sup>(37)</sup> Cf. Joel Serrão, *Sampaio Bruno. O Homem e o Pensamento*, 2ª ed. refundida, Livros Horizonte, Lisboa, 1986, pp. 120-121.

<sup>(38)</sup> O progresso é o conceito aferidor dos sucessos das «ideias que forem sendo alvitradas»; é mesmo, para ele, o *único* critério aquilatador dos factos humanos, Cf. in *A Voz Publica*, Porto, 8 de Março de 1900.

<sup>(39)</sup> Vejam-se alguns dos seus artigos do período após a implantação da República, nomeadamente no *Diário da Tarde*, de 2.JAN.1911.

não deixando, contudo, de lhe ser indiferente. Os valores republicano-democráticos, não sendo um fim, encarnam os pontos balizadores da elevação moral do homem, na sua caminhada para o Homogéneo.

Voltemos ao tema do sebastianismo. Depois de situar a teoria sebástica num plano de pouco relevo no âmbito da filosofia da história, é significativo que já no término d'*O Encoberto* deixe firmadas estas palavras: «Ostensivo paradoxo! Inesperado encontro! O sebastianismo coincide com o filosofismo. E o poeta grandioso [V. Hugo] irmana com o mísero trovista. Do seu Encoberto, o remendão visionário proclama que: "Tirárá toda a Erronia,/Fará Paz em todo o mundo"»<sup>(40)</sup>. Isto é, afinal o ideal do sebastianismo coincide com a sua cogitada teoria do porvir da caminhada ascensional da humanidade e de todo o universo, de aspiração ao Homogéneo. Mas a teoria sebástica não é, para si, mais do que uma construção particular que alimenta o imaginário de um povo específico, o português, que espera a redenção por um príncipe. Por isso, o que a seu ver é substancial, não é um príncipe, não é um povo particular, mas o Homem. O que não exclui que ao sebastianismo esteja subjacente o desejo de que «em todo o mundo, a Paz será», e que nisso coincida com a meta para que se encaminha o progresso *essencial*. No entanto, contrariamente à perspectiva sebástica, entende Bruno que a via a percorrer não é a do sentimento, mas a da razão; o império, o império da Paz, não é um vulgar *império político*, como quer o sebastianismo, mas sim um *império moral*, e não apenas para alguns, unidos pela fé, mas para todos, irmanados pela razão: «A fé será teorema; e o império não virá da conquista. Não desanimemos, porque não nos iludamos. Se, na aparência, a expectativa gorou e

a civilização retrograda, - na realidade a aparência iludiu e, ao contrário, com verdade, o mundo moral avança» (Bruno, *ENC*, p. 378).

Aqui, voltamos a encontrar a heterodoxia bruniana. Se coincide com o objectivo do cristianismo, antevendo a fraternidade universal, sob o *ternário sagrado*, de Liberdade, Igualdade, Fraternidade, diverge da posição religiosa tradicional, para a qual o elo dessa ligação é a fé, apenas apanágio ou graça *de alguns*. Para Bruno o alcance da libertação deverá ser *para todos*, o que ele só vê possível pela razão. Assim, a Paz será no mundo inteiro, para todos, sem distinção. Neste sentido se compreende a posição de Bruno ao achar sem nexos a existência de messianismos particulares: português, judaico, eslavo, uma vez que «o verbo incarnou na humanidade inteira; o logos explica-se em todos os idiomas; e a graça é chuva de bênção que molha todos os homens» (Bruno, *NE*, p. 105). Na sua teorização também não há lugar para o Quinto Império dos sebastianistas, pois, remata Bruno, após fazer o enunciado dos quatro reinos do mundo, baseando-se em Th. Noldeke: «Nestas miragens se firmaram os nossos visionários, fiando de Daniel, para Portugal, seu almejado Quinto Império, ainda mesmo em detrimento e com discrepância da ortodoxia católica, flageladora de castigos»" (Bruno, *ENC*, p. 281).

Enfim, para os mecanismos do universo já Bruno encontrara uma teoria harmoniosa, assente no progresso essencial, que pacificara o insaciável espírito do filósofo. Agora, e sempre, o mistério fixa-se no homem. Bruno terá encurtado um pouco esse mistério, embora, talvez, tivesse algo mais a dizer. Terá dito, certamente, o que entendia poder dizer, conforme advertência que faz ao leitor logo no frontispício d'*O Encoberto*, com a

---

<sup>(40)</sup> *ENC*, p. 379.



seguinte citação de Bandarra: «Oh quem tivesse poder/Para dizer/Os sonhos que homem sonha». Ou talvez que a sua visão histórico-profética também não pudesse ir mais além do que foi, conforme deixa transparecer no desfecho dessa obra. Aí, toma igualmente do «remendão visionário», estes versos: «De tudo o que se aqui diz/Nota bem as profecias/E pondera de raiz...», para, logo de seguida, rematar: «Mas, mesmo "ponderadas de raiz", pois as não entendamos quiçá, perdido é o tempo gasto em "notar bem as profecias". Porque pela ventura dignos não sejamos, o Encoberto encoberto nos fica [...]» (Bruno, *ENC*, p. 381).

Assim, resta-nos assistir activamente à sinuosa marcha histórica, certos de que, por entre aparentes contradições, o progresso *essencial* avança: «Bem sei que o desenvolvimento mental e moral nas sociedades políticas se não faz com o rigor lógico com que se raciocina nas ciências e se pretende raciocinar nas filosofias. Na marcha histórica tudo são compromissos, concessões, contemporizações e contradições; e é por esses torcicolos, com suas regressões e suas estagnações, que o movimento definitivo de avanço se desenrola e prossegue»<sup>(41)</sup>.

#### OBRAS DE SAMPAIO BRUNO:

- ACX - *Análise da Crença Cristã (Estudos Críticos sobre o Cristianismo)*, Porto, 1874.  
 GN - *A Geração Nova. Ensaios Críticos. Os Novelistas*, Porto, 1886.  
 NE - *Notas do Exílio. 1891-1893*, Porto, 1893.  
 BM - *O Brasil Mental. Esboço Crítico*, Porto, 1898.  
 ID - *A Ideia de Deus*, Porto, 1902.  
 ENC - *O Encoberto*, Porto, 1904.  
 MPP - *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, 1906.  
 PGN - *Portugal e a Guerra das Nações*, Porto, 1906.

---

<sup>(41)</sup> *A Pátria*, Porto, 14 de Maio de 1910.

- QR - *A Questão Religiosa*, Porto, 1907.
- PI - *Portuenses Ilustres*, 3 volumes, Porto, 1907-1908.
- DT - *A Ditadura. Subsídios Morais para o seu Juízo Crítico*, Porto, 1909.
- PC - *O Porto Culto. Obra para servir de remate e conclusão à dos **Portuenses Ilustres***, Porto, 1912.
- CA - *Os Cavaleiros do Amor. Plano de um Livro a Fazer. Dispersos e Inéditos*, Compilação de José Pereira de Sampaio e Introdução de Joel Serrão, Lisboa, 1960 (póstuma).
- TNA - *Teoria Nova da Antiguidade*, Actualização do texto por Luísa Alonso e Manuel Joaquim Gandra, Tradução dos Apêndices por António Barahona, Lisboa, 1975 (póstuma).

Para uma bibliografia exaustiva de Sampaio Bruno veja-se a nossa obra, referenciada na bibliografia.

#### BIBLIOGRAFIA:

- AA.VV., *Colóquio Antero de Quental dedicado a Sampaio Bruno*, Aracaju, 1995.
- AA.VV., *Nova Renascença* [Homenagem a Sampaio Bruno], Porto, XV, 59(1995).
- Afonso Moreira da Rocha, *O Mal e o Misticismo Idealista em Sampaio Bruno*, Porto, 1996.
- \_\_\_\_\_, *O Mal no Pensamento de Sampaio (Bruno). Da Antropologia à Metafísica, uma Filosofia da Razão e do Mistério*, Braga, 2003.
- Alexandre Morujão, «O itinerário filosófico de Sampaio Bruno», em *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLIII, 3-4(1987), pp. 225-242.
- Álvaro Ribeiro (Pref. e sel.), *Sampaio (Bruno)*, Lisboa, 1947.
- Amorim de Carvalho, *O Positivismo Metafísico de Sampaio Bruno. As influências de Comte e Hartmann. Críticas e reflexões filosóficas*, Lisboa, 1960.
- António Braz Teixeira, «O mal na filosofia portuguesa dos séculos XIX e XX», em *Id., Deus, o Mal e a Saudade*, Lisboa, 1993.
- Carlos Justo Ferreira Machado, *Deus, o Mal e a História em Sampaio Bruno*, Braga, 2000.
- Joaquim Domingues, *O essencial sobre Sampaio (Bruno)*, Lisboa, 2002.
- Joel Serrão, *Sampaio Bruno. O Homem e o Pensamento*, 2ª ed. refundida, Lisboa, 1986.

Manuel Gama, *O Pensamento de Sampaio Bruno. Contribuição para a História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, 1994.